

Gênero não tem cabimento, nem nunca terá: ensino de biologia e a relação natureza e cultura

Gender doesn't make sense, never has, never will: teaching biology and the nature and culture relationship

El género no tiene sentido, ni lo tendrá nunca: enseñanza de la biología y la relación entre la naturaleza y la cultura.

Thiago Ranniery

Universidade Federal do Rio de Janeiro

t.ranniery@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4399-2663>

RESUMO

Este texto é uma reflexão sobre gênero e divisão natureza e cultura no ensino de biologia inspirada pela crítica queer e complicada por perspectivas pós-humanas e neomateriais. Ele foi produzido a partir da experiência do autor em lecionar em um curso de formação de professores de biologia e após ter sido interpelado pela seguinte pergunta: o que cabe de gênero no ensino de biologia? Na busca por examinar os fundamentos dessa interrogação, o argumento é organizado em duas partes. Na primeira, explora-se como o desencantamento da relacionalidade natureza e cultura, apagada como possibilidade nos estudos de gênero, é um dos nomes do trator desenvolvimentista que converte a primeira em limitação e em recurso. Na segunda parte, percorrem-se possibilidades do ensino de biologia recompor conexões e reativar múltiplas e heterogêneas camadas das relações natureza e cultura a partir da irrupção de estranha intimidade entre espécies diante da temporalidade reprodutiva de regimes (hetero)normativos.

Palavras-chave: Ensino de Biologia. Gênero. Natureza. Relacionalidade.

ABSTRACT

This text is a reflection on gender and the nature and culture division in biology teaching, inspired by queer criticism and complicated by post-human and neomaterial perspectives. It was inspired by the author's experience teaching a biology teacher training course and being asked the following question: what about gender should be taught in Biology? In seeking to examine the foundations of this question, the argument is organized in two parts. In the first, we explore how disenchantment with the nature and culture relationality, erased as a possibility in gender studies, is one of the names of what we shall refer to as the "developmentalist tractor" that converts the first into limitations and resources. In the second part, we explore possibilities for how the teaching of biology can recompose connections and reactivate multiple and heterogeneous layers of nature and culture relations in an eruption of strange intimacies between species faced with the reproductive temporality of (hetero)normative regimes.

Keywords: Biology teaching. Gender. Nature. Relationality.

RESUMEN

Este texto es una reflexión sobre el género y la relación entre la naturaleza y la cultura en la enseñanza de la biología inspirada en la crítica queer y complicada por perspectivas posthumanas y neomateriales. Se produjo a partir de la experiencia de la autora al impartir un curso de formación de profesores de biología y luego de que se le hiciera la siguiente pregunta: ¿qué se enseña sobre género en biología? Al tratar de examinar los fundamentos de esta cuestión, el argumento se organiza en dos partes. En el primero, explora cómo el desencanto de la relacionalidad naturaleza y cultura, borrado como posibilidad en los estudios de género, es uno de los nombres del tractor desarrollista que convierte al primero en limitación y recurso. En la segunda parte, se exploran las posibilidades de la enseñanza de la biología para recomponer conexiones y reactivar capas múltiples y heterogéneas de relaciones naturaleza y cultura a través de la erupción de una extraña intimidad entre especies ante la temporalidad reproductiva de los (hetero) regímenes normativos.

Palabras clave: Enseñanza de la biología. Género. Naturaleza. Relacionalidad.

Introdução

O abismo não nos divide.

O abismo nos cerca.

(Wisława Szymborska, autotomia, 2001, p. 106)

Escrevo essa introdução um tanto perturbado. Não sabia ao certo como e por onde iniciar. Desejava abrir com uma confissão sobre algo que nunca me senti muito bem em declarar em público: sou biólogo com uma trajetória de pesquisa em currículo alimentada pelos estudos de gênero e sexualidade. Por anos, nas salas de aula que frequentei, nas quais, quase sempre, a biologia era detratada, convivi com um crescente acanhamento de anunciar que à “noção de que ‘o estudo apropriado do homem é a humanidade’ é risível entre a maioria dos biólogos” (HARAWAY, 2008, p. 70) que conheço. Acontece que cresci também com algum alumbramento em grupos de pesquisa em currículo que, nos últimos quinze anos, responderam aos ecos do trabalho realizado por Tomaz Tadeu e Guacira Lopes Louro na propagação de textos e conceitos feministas e queers no pensamento curricular brasileiro¹. Embora tenha lá minhas reservas em escrever em termos de biofobia, como fizeram Noela Davis (2009) e Elizabeth Wilson (2010) para dar nome ao

¹ Um mapeamento da circulação de textos e conceitos queers no pensamento curricular brasileiro promovido pelo trabalho de ambos os autores certamente ainda está por se fazer. Faria menção aqui, ao menos, à coletânea *O corpo educado* organizada por Louro (2000), a duas de suas obras solo, *Um corpo estranho* (LOURO, 2004) e *Gênero, sexualidade e educação* (LOURO, 1998), o capítulo dedicado aos estudos queers em *Documentos de Identidade* (SILVA, 2001) e a tradução de *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* de Joan Scott (1995) assinada por Tomaz Tadeu; textos que, dificilmente, qualquer estudante de gênero e sexualidade no campo do currículo da minha geração passou incólume.

rechaço à biologia – diga-se de passagem, justificável –, qualquer neófito é apresentado, de cara, à declaração de que gênero é uma construção cultural, está escrito na história e inscrito nas relações sociais. Nem biologia nem natureza podem fazer muito por nós; elas “nos colocam em um mundo de aparente fixidez e verdade” (WEEKS, 1991, p. 87). Mais ainda, como Elizabeth Grosz (2008) notou, o recurso à biologia é apresentado como o inimigo a ser combatido, o obstáculo contra o qual se deveria lutar em virtude da redução da vida à reprodução e à sobrevivência e a explicação de gênero como inevitável.

Fantasmas retornavam na escrita desta introdução porque testemunham, nesse vocabulário de guerra, fundamentos soterrados e pouco interrogados dos usos de gênero em minha própria formação. Uma versão inicial deste artigo – ou fragmentos do que viriam a sê-lo – foi apresentada em um evento comemorativo do Dia do Biólogo. O tema era os desafios contemporâneos dessa profissão. Ali, sem pudores, disparei diante do gentil convite que não entendia o que estava fazendo em uma mesa-redonda dividida com um professor de ecologia de um curso de licenciatura em Educação do Campo e uma agricultora da Associação do Semi-Árido (ASA). Havia decidido retomar o que, nos últimos anos, estava soterrado em meus arquivos: a leitura de biólogas envolvidas nos debates de gênero e sexualidade. Há muito o trabalho dessas autoras vem criticando certa pobreza do processo de universalização, abstração moral e auto-indulgência que, ao centralizar o humano como predicado de toda relacionalidade², assume “a visão da natureza como nitidamente descontínua ou ontologicamente dividida da esfera humana” (PLUMWOOD, 1991, p. 12) Porém, longe de uma homenagem ou de uma história paralela, fiz a retomada mais como quem realiza um acerto de contas. Entretanto, sem coragem, recuei de apresentá-la. Quanto mais meus colegas falavam sobre a relação com a lua, o clima, a terra e as plantas, mais era exposto àquilo que Anna Tsing (2016) chamou de “possibilidades de viver em um mundo em ruínas”.

Abandonei a fala preparada e segui tateando reflexões um tanto dispersas e intuitivas que, agora, busco condensar neste texto. Encantado, ao migrar para os estudos de gênero e sexualidade, abracei, com todas as forças, a “oposição e a rejeição ao biológico como esfera da vida e também como forma de conhecimento” (WILSON, 2004, p. 13). Cheguei a compartilhar com uma geração de amigos gays um incômodo com qualquer

² Optei por dispersar muito do levantamento que realizei naquela ocasião no percurso do texto, deglutindo, parcialmente, algumas das autoras. Explicito também que decidi suprimir as notáveis diferenças entre seus trabalhos, posto não serem meu foco, operando mais através de suas aproximações.

afirmação sobre a suposta natureza da homossexualidade. Brincávamos que a luta por reconhecimento, em especial, após a AIDS, se nutria da síndrome de Gabriela: *eu nasci assim, eu cresci assim, serei para sempre assim, para sempre Gabriela*³ – algo que meus estudantes intitulavam de geração *born this way*⁴. Participar daquela mesa-redonda exacerbou a sensação de que se apresentar em oposição e/ou negação explícita à natureza dificultava a realização de tarefas tão cotidianas para um tanto pessoas que encontrei nas fronteiras, para o trabalho do professor de biologia e para o meu trabalho como professor de um curso de licenciatura em ciências biológicas. A crescente convivência com biólogos de distintas áreas de atuação, no interior de um instituto de ciências biológicas e, ao mesmo tempo, possuir a responsabilidade por disciplinas da área de “ensino de biologia” me forçaram a enfrentar de peito mais aberto e menos combativo as tantas encrucas que a adoção de fundamentos tácitos sobre a divisão aparentemente intransponível entre natureza e cultura, humano e não-humano, ciências humanas e ciências biológicas me lançaram.

Talvez, essas questões não sejam novas. Enquanto, Linda Nicholson (2004) nomeou de fundacionalismo biológico os pressupostos ocidentais e modernos sobre a natureza imutável assumido por parte dos estudos de gênero, Claire Colebrook (2008) afirmou que a resistência moral ao debate tende a repetir o binário de gênero ao instituir uma zona que privilegia a atuação (a cultura) e aquela que, por efeito, é produto da inércia e da passividade (a natureza). Anne Fausto-Sterling (2001, p. 17), por exemplo, notou que a “renunciar ao território do sexo físico, as feministas ficaram expostas a ataques renovados com base na diferença biológica”. Ataques morais ganharam novo fôlego sem precedentes com a agenda conservadora circulante nas políticas curriculares brasileiras⁵. Uma quantidade numerosa de declarações explícita, sem pestanejar, uma espécie de “corrupção” da natureza que a política de gênero e sexualidade, conformada por múltiplas formas de ativismos e da produção acadêmica, teria passado a promover nas escolas⁶. Na tentativa de responder aos estudantes preocupados com esse avanço, comecei a sentir que a dificuldade não estava em aceitar a atribuição cultural e discursivamente atribuída ao gênero. Não sem alguma cautela de minha parte, passei a suspeitar que o difícil reside no

³ Referência à música *Modinha para Gabriela* de Dorival Caymmi cantada por Gal Costa.

⁴ Referência à música *Born this way* de Lady Gaga.

⁵ Tome-se os vários investimentos legais e midiáticos comandados pelo *Escola Sem Partido*.

⁶ Só para ficar com um exemplo mais recente: veja-se o discurso de posse da Ministra da Mulher, dos Direitos Humanos e da Família e sua entrevista subsequente à polêmica causada em um canal de televisão.

caráter da agenda moral assegurar a divisão natureza e cultura que persegue, mesmo que a contragosto, muitos dos usos de gênero e sexualidade que fazemos – e uso, aqui, a primeira pessoa do plural de forma proposital⁷. Não é lá sem razão que Nancy Tuana (1996, p. 57), ao perceber o recrudescimento do determinismo sexual ainda nos Estados Unidos da década de 1990, não tenha poupado palavras e afirmado que “temos sido epistemologicamente irresponsáveis ao manter uma base material fixa e essencial para a natureza humana, uma base que dá significado ao determinismo biológico”.

Em que pese ter sido apresentado cedo – e agradeço as minhas orientadoras, por isso – à contestação do binário sexo/gênero⁸, corporificada na marcante afirmação de Judith Butler (2003, p. 26), “nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino”, o desvencilhar-se dessa divisão, por vezes, cede à amplificação do abismo. Butler pode ter seguido tornando problemática a noção de construção cultural⁹, mas, entre nós, natureza permanece, por vezes, invariavelmente associada à essência, à fixidez, à obviedade, aos pressupostos ontológicos do que a própria Butler (2003) nomeou de metafísica da substância, “uma página em branco e sem vida, como aquilo que está, por assim dizer, quase sempre morto, [uma concepção] decididamente moderna, vinculada talvez à emergência dos meios tecnológicos de dominação” (BUTLER, 2000, p. 151). Percorro, neste artigo, armadilhas dessa divisão natureza e cultura para o ensino de biologia, pouco problematizadas em termos de gênero, talvez porque sua suposta transparência esteja muito impregnada em nós. E vou fazê-lo, seria preciso dizer, a partir de um sentimento ambíguo perturbado pelo fato de que essa distinção, embora marque a história dos usos de gênero entre nós, também “tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres” (LUGONES, 2014, p. 936).

⁷ Faço uso da primeira pessoa do plural para tanto assumir que compartilho parte dos pressupostos que busco interrogar nesse texto e, portanto, não penso desde um lugar de transparência, de fora deles, quanto que tal compartilhamento traz ao debate as condições de produção de pesquisa e da atuação política das investigações, antes que ser propriedade de um sujeito individual.

⁸ Uma considerável porção da literatura, aqui, citada retoma esse debate que foi o coração de muito dos embates em torno do conceito de gênero nas décadas de 1980 e 1990 de modo que não pretendo repetir os argumentos. Uma introdução bastante didática a esse debate pode ser encontrada em Heilborn e Rodrigues (2018).

⁹ Em mais de uma circunstância, Butler explicita sua preferência pelo termo performatividade e salvaguarda sua distinção da noção de construção cultural. Embora um rastreamento dessa crítica e de seu englobamento pela noção de construção cultural no pensamento curricular brasileiro interessado por gênero extrapole os limites deste artigo, além da introdução de *Bodies that matter*, que cito neste parágrafo, em Butler (2010) é possível encontrar uma síntese instrutiva de sua posição.

Para tanto, organizo meu argumento em duas partes. Na primeira delas, sugiro que o desencantamento e apartamento da natureza é um dos nomes do trator motriz desenvolvimentista no qual modernidade, capitalismo e colonialismo se encontram, trazendo a reboque “uma compreensão esquizoide de realidade que dicotomiza humano de natureza, humano de não-humano, impondo assim uma ontologia e uma cosmologia” (LUGONES, 2014, p. 946). Além disso, indico que essa compreensão é dependente da fantasia civilizatória e moralizante do ensino ao converter gênero em coisa objetivável. Na segunda parte, exploro como uma perspectiva queer abre possibilidades do ensino de biologia recompor conexões, de reativar múltiplas e heterogêneas camadas de naturezasculturas na expressão de Donna Haraway (2008), tão aberrantes quanto maravilhosas. Enfim, o que ofereço, a seguir, está habitado pela epifania da ecóloga Brigitte Baptiste (2017, s/p) de que “é tempo de construir uma versão mais prazerosa, e mais bonita de natureza” e, quiçá, mais aberrante. Esta tarefa pode soar ambiciosa, porém não vou e nem pretendo esgotá-la de uma vez por todas. Espero apenas poder começar a abrir caminho para uma pesquisa em ensino de biologia que possa escapar ao autoencapsulamento de gênero, sempre à espreita, e responder aos devastadores investimentos políticos na corrosão e destruição da vida.

O que era uma confissão constrangida foi, assim, se tornado uma inquietação. Eu me percebia concordando com Karen Barad (2012a) que o moralismo, aquele acusado de atacar os estudos de gênero e sexualidade, ao modelar os humanos como os únicos agentes morais da paisagem política, não apenas depende da distinção natureza/cultura, mas “se vê obrigado a proteger este limite sagrado com a máxima ferocidade” (BARAD, 2012a, p. 28). Como tal, é uma espécie de lastro abismal, que não somente insufla uma agenda conservadora, mas permanece alimentando e circundando suposições correntes. Em alguma medida, este artigo é um exercício de experimentar uma concepção dilatada, transversal e não-antropocêntrica de gênero, seguindo, de modo mais ou menos deslocado, Paul Preciado (2014), e que reconhece “a distinção da natureza, mas também nossa relação e continuidade com ela” (PLUMWOOD, 1991, p. 20). Insistirei nessa direção em virtude da experiência de lecionar em um curso de formação de professores de biologia. Há uma preocupação recorrente entre os estudantes que recebo em sala de aula sobre que ação política será possível a essa disciplina quando gênero se torna alvo nas arenas das políticas curriculares. Nesses momentos, sempre me vejo às voltas com uma insidiosa pergunta: o que cabe de gênero no Ensino de Biologia?

Escrevi essa já longa introdução a fim de situar que este texto é um modo de respondê-la, dissolvendo aquilo que supõe e transformando a resposta, que se pretendia cristalina, em um convite a interrogar se a pressa não é amiga da tentação universalizante, muito bem sucedida em criar consensos e, no passo, criar espaços em “que não nos sintamos autorizados a nos pensar detentores do significado daquilo que sabemos” (STENGERS, 2018, p. 444). Sigo ancorado em projeções teóricas queers neomateriais e pós-humanas que, mesmo não alicerçadas em nenhum resultado específico de pesquisa¹⁰, aparecerão povoadas por conversas com estudantes e colegas de trabalho, pelos labirintos da memória, por desejos e dores. Longe de querer ser tomado como modelo, trago a experiência que tenho vivido como “aquilo a partir do qual o conhecimento é produzido” (SCOTT, 1991, p. 780), lançando elementos para examinar pressupostos ontológicos sobre a natureza e sua distinção da cultura – “a teoria não é algo distante do corpo vivido; se não seu oposto. A teoria é qualquer coisa menos desencarnada” (HARAWAY, 1993, p. 299). Daí que, em alguns momentos, vá também pedir licença ao pudor acadêmico. Esse caminho poderá soar insuficiente, quicá frágil, mas é o que posso fazer para responder àquela interpelação com alguma responsabilidade.

Encrencas de gênero

A interrogação que disparou este artigo apareceu explicitamente, em letras maiúsculas e grifadas, no trabalho final de um aluno para que pudesse compreender a sua angústia. Algo na escolha do verbo caber me intrigava. De lá para cá, não tenho conseguido abandoná-lo. Respondi, em tom de provocação, que gênero não tem cabimento, nem nunca terá. Brinquei com versos da música de Chico Buarque: gênero não tem governo nem nunca terá, é o que não tem vergonha nem nunca terá, é o que não tem juízo¹¹. Quando sinto o desassossego a saltar assim nos olhos dos estudantes, insisto que gênero é uma encrenca, tomando de empréstimo a tradução proposta por Sandra Azeredo (2010, p. 84) para o título de *Gender Trouble* de Judith Butler, “pela enorme complexidade desse conceito e também porque a tendência é domesticá-lo, trazê-lo para a segurança da casa, do conhecido”. Conceber gênero como um objeto facilmente ensinável, um conteúdo presente em uma lista a ser levada a cabo pelo professor, está imantado por essa atração

¹⁰ O texto deriva do projeto de pesquisa “Currículo, ontologia e estudos queers: o vírus como uma figura de poder” com financiamento do Cnpq e da Faperj, mas não apresentará, aqui, seus resultados empíricos, por assim dizer.

¹¹ Referência à canção *O que será (À flor da pele)*.

de segurança fabricada pela linguagem da pedagogia, para seguir a formulação de Peter Taubman (2007). Em uma possível distensão do mapa de práticas e fantasias levantado pelo autor, maquinados pelo mainstream político dos discursos educacionais, na litania de narrativas sobre “sacrifício, salvação e resgate” (TAUBMAN, 2007, p. 145), professores de biologia são convencidos a abraçar gênero em suas aulas¹².

Erguido como um enfrentamento direto ao que passamos a nomear de heteronormatividade, o convencimento, entretanto, se articula através daquela sensação que Taubman (2007) descreve como perda melancólica do idealismo pedagógico. O caráter inalcançável dos ideais de integração total e de igualdade “ressoa com as vozes incessantes que acusam alguém de fazer a coisa errada, [...] de causar o estado lastimável em que nos encontramos” (TAUBMAN, 2007, p. 154) e combina-se com a sedução do imaginário político de uma profissão, a docência, pautado pela autonomia. O efeito é ancorar gênero naquilo que já conhecemos, os conteúdos a serem ensinados, encapsulando-o, ao mantê-lo apartado. Lembro-me, aqui, da convicção política com fui formado: o afastamento do biológico sintetizaria uma atitude constantemente mais progressista. Esse esquema intelectual, para o qual a natureza é a última coisa com a qual se gostaria que gênero fosse implicado, sonha com uma biologia intocável em seu terreno e nos desobriga de sustentar um conceito politicamente múltiplo de natureza. É como se, ao se aproximar de gênero, houvesse a exigência de endossar uma espécie de ortodoxia intrínseca à biologia, “a fantasia compartilhada de que a matéria biológica é soberana, intransigente, intimidadora” (WILSON, 2010, p. 197) e que, portanto, deve ser jogada para longe. Se assim o é, por que nos unimos tão prontamente à imagem mecanicista de natureza que o discurso da biologia criou para si e para o mundo, mesmo quando se trata de rechaçá-la? Que recompensa temos em depender da reificação do “considerável poder cultural, econômico e técnico [da biologia] para estabelecer o que será considerado como natureza por todas as partes do planeta Terra” (HARAWAY, 2017, p. 51)? Somos reféns ou saímos ganhando ao não conseguir “pensar a materialidade sem seu habitual acompanhamento de essencialismo” (HIRD, 2004, p. 227)?

Quaisquer que sejam as respostas, elas envolvem cartografar efeitos políticos. Ao acompanhar estágios supervisionados e um mestrado profissional em ensino de biologia, tenho sido impelido a comentar um número razoável de planos de aulas e de atividades

¹² Meu foco não é o estudo dessas práticas, fantasias e metáforas, apenas faço menção de modo a introduzir o debate em torno da pergunta, sem detalhá-las, posto que também já as explorei em outros lugares (Ranniery, 2016, 2017).

didáticas que envolvem gênero. São planejamentos dotados de intenções declaradas de “incluir” “debates culturais” para “politizar” a aula, que vão dão da violência contra mulheres à discriminação contra sujeitos LGBTIs e passam por questões do desejo e consentimento. Muito dessas experiências podem ser usadas para suspeitar do romance bem-aventurado que apresenta o ensino de biologia como desencarnado pela abstração da abordagem biologizante, revelando que “os conhecimentos a ensinar são não referenciados apenas no campo das Ciências Biológicas” (ALVES; PORTO; GOMES, 2014, p. 5134, grifos do autor). Esse movimento acompanha a crescente sensibilização política para temas sociais que o ensino de biologia vem passando (SELLES; FERREIRA, 2005; MARANDINO; SELLES; FERREIRA, 2009). Traduz o progressivo interesse da área nessas temáticas, sinalizando “não apenas para as mulheres como objeto de análise, mais, sim, para as relações entre homens e mulheres, e a compreensão do valor atribuído a características associadas ao masculino ou feminino” (PEREIRA; MONTEIRO, 2015, p. 133). São ações, por assim dizer, levadas ao desafio de moverem-se confrontadas pelos próprios contrastes dos diferentes e sutis modos performativos de assegurar a fantasia da divisão natureza e cultura.

Mesmo que siga com admiração a experimentação de professores e estudantes, penso que há de se interrogar o que gênero passa a configurar ao ser apresentado como algo para “uma abordagem histórica e cultural, além de biológica” (ALVES; PORTO; GOMES, 2014, p. 5124, grifos do autor). Não haveria nada de gênero nas aulas sobre bactérias, invertebrados, citologia ou solos? Para perguntar de outro modo, em uma paráfrase de Evelyn Fox Keller (1991), estaria gênero para a cultura, assim como a natureza para a biologia? De modo análogo ao descrito por Márcia Ferreira (2014, p. 205, grifos da autora) sobre a cultura no ensino de ciências “em meio a construção de um par binário que vê a ciência com e contra a cultura”, há um embate além e contra a natureza através da qual gênero é encerrado. A injunção além da biologia opera em franca contraposição, isto é, cuja ação só existe a ponto de desnaturalizar o que se pretendia como ordem natural. Quando gênero nos volta para como se “reifica processos de naturalização implicados na constituição de sujeitos de gênero” (DAL’IGNA, KLEIN, MEYER, 2016, P. 479), o custo é a própria reificação da divisão natureza e cultura. A injunção de gênero somente poderia ser realizada por estar fora da natureza, através de um exercício presumivelmente transparente e capaz de mostrar que algo aparece como natureza, mas não o é.

Tudo que gênero realizar no ensino de biologia não poderia estar mesmo de acordo com a natureza. Não apenas se opõe a ela, mas é não natural, por definição. Prestar atenção “aos modos pelos quais o gênero opera estruturando o próprio currículo” (DAL’IGNA, KLEIN, MEYER, 2016, p. 470) e, por efeito, qualquer aula de biologia¹³, fracassa, pois a tentativa de uma síntese dos dois termos em jogo (cultura e natureza) logo vai se revelando pouco sintética. A natureza seria menos um lugar a ser superado e mais uma figura que continua a constituir a aparato conceitual. Seria um processo inesgotável e não finalizado que precede o aparato conceitual – posto que precisaria ser superado – e, ao que parece, continua através dele. Operações desnaturalizantes contra uma interpretação totalmente persuasiva da natureza, não a superam, propagam sua fantasmagoria. Que se trate de um processo repetido, já significa que o próprio uso – e a pretensão de desnaturalização – abre a possibilidade de se envolver com a natureza. Se a “lei viola sua própria injunção, forçando a penetração da divisão natureza/cultura” (BARAD, 2012a, 219), a agenda moralista não está sozinha em sentir que gênero produz arranjos transformadores no que a natureza pode se tornar. O que está acontecendo sob essa bandeira encontra uma ampla equivalência com a conversão de gênero em objeto ensinável, uma conversão conservadora; se, por conservador, entendermos o exercício de manter, a todo e qualquer custo, a divisão natureza e cultura, mesmo que pareça cada vez mais impossível sustentá-la.

Tim Morton (2007, p. 17) lembra que “imagens substancialistas de uma natureza distinta, palpável, incorporada em pelo menos um fenômeno realmente existente (uma espécie particular, uma figura particular) geram formas autoritárias de organização coletiva”. Essas formas não são exclusivas de uma parte do campo político e percorrem, com força, a amplitude do seu espectro. A diagnosticada dificuldade de uma abordagem mais complexa de gênero, deslizando para um foco descritivo que, progressivamente, vem cedendo à captura por identidades universais (DAL’IGNA; KLEIN; MEYER, 2016; VIANNA; CARVALHO; SCHILLING; MOREIRA, 2011) não seria um prova de que a violação em jogo não é da Natureza – assim, escrita com letra maiúscula – em si mesma, mas de pressupostos ontológicos compartilhados de fabricação do mundo? A fervorosa negação da natureza não seria mais um sintoma da insegurança de colocar em questão os limites através dos quais conhecemos? Não seria possível tornar a natureza estranha ao adotar os

¹³ Esta ideia de tomar a aula de biologia como um currículo generificado, não seria possível sem a pesquisa de Cardoso (2010) sobre gênero e sexualidade em aulas experimentais de ciências.

recursos cognitivos ou críticos de uma retórica que define natureza e cultura, para escrever com Lee Edelman (1987), em uma figuração quiasmática? Em uma tradução um tanto livre de título de obra de Haraway (2016), essa são questões de *viver com a treta* (staying with trouble):

Nossa tarefa é criar problemas, incitar uma resposta potente a eventos devastadores, bem como acalmar águas turbulentas e reconstruir lugares calmos. Em tempos de urgência, muitos de nós somos tentados a resolver problemas em termos de imaginar um futuro seguro, de impedir que algo aconteça no futuro, de superar o presente e o passado a fim de fabricar o futuro para as próximas gerações. Viver com treta não requer um relacionamento como esse com o tempo chamado futuro. De fato, viver com a treta requer aprender a estar verdadeiramente presente, não como um pivô que desaparece entre o passado horrível ou paradisíaco e os futuros apocalípticos ou salvacionistas, mas como criaturas mortais entrelaçadas em uma miríade de configurações inacabadas de lugares, tempos, sujeitos e significados (HARAWAY, 2016, p. 1).

Para não ficar sem chão, a adesão a qualquer coisa que pareça sólida o suficiente serve para aplacar viver nesses emaranhamentos que são, como indicarei na próxima sessão, “inescapavelmente uma ecologia que valoriza a intimidade com estranhos antes que o pertencimento holístico” (MORTON, 2010, p. 279.). Antes, entretanto, de partir nessa direção, não é demasiado insistir que a sonhada inserção de gênero mantém o ensino de biologia atado a uma ideia dupla de que “a natureza é tanto recurso como limitação, passível de alterações e operando segundo leis próprias” (STHARTHEN, 2014, p. 29). Há, sobretudo, um contínuo intercâmbio dessas posições. A insistência, por um lado, de que a natureza limita a abordagem política de gênero é isomórfica a sua conversão em recurso e, como corolário, em propriedade passível de extração e exploração. Quer de um modo, quer de outro, do outro lado da cultura, só haveria mesmo natureza sobre o qual o trator da civilização deveria passar, “um solo inerte a ser explorado pelo Homem” (ALAIMO; HECKMAN, 2008, p. 4). A teleologia implícita na formulação culturalista de gênero subordina a natureza a um campo chapado e monolítico, sujeita à objetivação, “regulada, simplificada, disciplinada, administrada, planejada, etc” (ESCOBAR, 1999, p. 288). Não era este o “truque mítico de Deus”, para a qual sinalizava Haraway (1995, p. 19), ao tornar a subordinação da natureza coextensiva à subalternidade das mulheres, convocando a reconstruir os dualismos, dentre eles, as fronteiras cotidianas entre natureza e cultura?

Ao percorrer o fenômeno da caça às bruxas na transição do feudalismo para o capitalismo, Silvia Federici (2017) oferece uma percepção sobre como a redução da natureza ao mecanicismo e ao determinismo ocorreu não apenas de forma paralela, mas suplementar ao controle dos corpos das mulheres. Ambos foram violados em seus segredos e, deste modo, controlados. Para consolidação da modernidade, foi crucial desvincular-se, ao mesmo tempo, da natureza, convertendo-a em material disponível para uso, e da realidade corpórea, transformando-a em força de trabalho. Enfim, “o mundo devia ser ‘desencantado’ para poder ser dominado” (FEDERICI, 2017, p. 313). Ou, na eloquente afirmação de Preciado (2014, s/p), “não foram o motor a vapor, a imprensa ou a guilhotina as primeiras máquinas da Revolução Industrial, mas sim o escravo trabalhador da lavoura, a trabalhadora do sexo e reprodutora, e os animais”. É esse regime moderno de propriedade que Brenna Bhandar (2018) demonstra constituir a formação colonial do capitalismo. Em seu argumento, o direito à propriedade legitimou e racionalizou práticas coloniais tanto através da posse geográfica e do controle econômico de terras quanto ao articular modos de ver e de ser que continuam ecoando em regimes neoliberais através do gerenciamento de populações excedentes. O colonialismo – um processo que se desdobra continuamente, bem observou Patrick Wolfe (2006) – requer flexibilidade dos dispositivos conceituais e imaginativos que utiliza para manter a natureza como passível de posse.

Sob a imagem substancialista de natureza, lógicas recombinantes de modernidade colonial e capitalismo não apenas foram, mas, por vezes, permanecem no centro do aparato de teorização e engajamento político. Lauren Berlant e Michael Warner (1998) notaram que a heteronormatividade ergue-se como inteligibilidade metacultural precisamente através de instituições de intimidade que regulam laços. Minha indicação é que uma dessas tentativas, não poucas vezes bem sucedida, é projetar uma demanda por impedimento de desabrochar qualquer espraiamento relacional entre natureza e cultura. Aquilo que Morton (2010) nomeou de “ideologia da natureza” – o trocadilho não é proposital, mas é, em nosso cenário político, funcional –, fundada na distinção dentro/fora e interior/exterior, encontra suas equivalências com o regime (hetero)normativo ao equiparar a natureza ao estancamento e à determinação. O equilíbrio desse sistema opera mediante constantes atos de expurgação, às vezes nada sutis, de converter natureza no simples nome de uma propriedade não marcável, um campo desencarnado. A fantasia de um sistema fechado em si mesmo ergue-se, pois, nos escombros de desencantar a

relacionalidade constitutiva entre natureza e cultura, apagada como possibilidade. Não é sem motivo que haja uma busca por obscurecer essa contaminação, e, no mesmo movimento, se alimente a trincheirização violenta de suas fronteiras.

Todavia, se a produção dessa divisão não se faz completamente, se a “fixidez opaca que ela faz reinar [...] torna para sempre instável o jogo de metamorfoses” (FOUCAULT, 2001, p. 149), quem sabe o motor da modernidade como desencantamento do mundo, na descrição de Weber¹⁴, esteja mais para um desacoplamento desse jogo inconstante de metamorfoses relacionais do mundo por meio da expulsão da natureza como “coisa”, esse “outro” da cultura, determinável, determinada e determinante. Ancorar gênero no conforto da linguagem da pedagogia pode reiterar o estancar dessa “tênue linha de visibilidade envolve, em troca, toda uma rede complexa de incertezas, de trocas e de evasivas” (FOUCAULT, 2001, p. 4). O “cabimento” bem serve para obscurecer a “rede de signos que, de um extremo ao outro, percorre o mundo” (FOUCAULT, 2001, p. 5). Sobre tantas formulações nos parágrafos anteriores para deslocar a potencial criação de um binário no ensino de biologia entre, por um lado, gênero e sexualidade (demandas da cultura), e, por outro, a natureza (demanda da biologia), dado que a propagação colonial não observa fronteiras entre diferentes agendas políticas. Gênero é, pois, uma encrenca no ensino de biologia por, e isso é só começo, “abordar os princípios sobre os quais [...] categorizações se baseiam e se perguntar sobre sua generalidade” (STHARTHEN, 2006, p. 20), incluindo a própria ideia de natureza que ajuda a sedimentar.

É quase inimaginável um curso de biologia que não comece pela apresentação das categorias taxonômicas e não percorra, na sua “abstração humanista, [...] despojada de toda particularidade e realidade e, acima tudo, [...] de relacionalidade” (HARAWAY, 2005, p. 140), os grupos de espécies. Schiebinger (2004) chega a defender a taxonomia como imposição colonial, em seu triunfo de extinção de diferentes conhecimentos no decorrer dos encontros imperiais. Todavia, a desnaturalização das categorias taxonômicas continua a traduzir certa tendência de não conseguir lidar com a implacabilidade da vida emaranhada, de frear o “manter-se aberto [à]s tensões que assediam as categorias mais fundamentais que exigimos, saber que o desconhecimento está no coração do que conhecemos e do que necessitamos e reconhecer o sinal da vida e de suas perspectivas” (BUTLER, 2004, p. 227). Essas perspectivas, indicativas da vida do mundo, deslocam nosso imaginário político e ético de natureza. Arriscam um pensamento, no qual há algo de

¹⁴ O conceito, disperso na obra de Weber, é dissecado por Pierucci (2003).

incomensurável à divisão natureza e cultura. A distinção é problemática não somente por prover a associação quase irrefutável entre natureza e determinação. Como corolário, inunda modos de pensar, com isso, os obstrui “para o absolutamente desconhecido que está por vir” (MORTON, 2007, p. 17). Essa obstrução, dependente de como gênero é um regulador da distribuição, sempre desigual, da condição humana (BUTLER, 2015), opera por meio de sermos levados ao nos curvar mais uma vez ao excepcionalismo ontológico do humano, sacralizado como ator e agente elevado, protagonista da vitória triunfante sobre a natureza.

A abertura ao “outro totalmente outro que chega”, a qual Elizabeth Macedo (2018, p. 272) vem desafiando à educação realizar, é subitamente restringida caso seja reduzida ao “humano” ou ao “cultural” e apela a noções que desafiem a aparente materialidade indiferente do natureza e reativem uma série de intensidades emaranhadas. Trata-se tanto de admitir a força excludente dessa repartição ontológica quanto à possibilidade de reativação e deslocamento dela quando traz à tona que “os humanos não são os únicos atores na construção das entidades de um discurso científico determinado” (HARAWAY, 1993, p. 298). Quanto mais lutamos para nos livrar da natureza, menos vemos o que está acontecendo na poética de habitar as conexões, a constituição mútua, a interdependência, a coabitação e as ligações parciais das formações naturezasculturas. Essa é uma figuração que não hesitaria em chamar de queer e que interroga como gênero no ensino de biologia pode resistir a consolidar uma noção de natureza como algo que poderia ser possuído, controlado e destruído por formas de poder¹⁵.

Em resumo, fazer gênero caber nos protege de uma enrascada perturbadora, encampando projetos de apagar discontinuidades e apelar à transcendência para aplacar os problemas não resolvidos. Conforma ainda certo manto alentador de não renunciar a existência de um manto subjacente a transformar um fundo de relacionais incomensuráveis em um substrato ontológico universal. Chamo essa estratégia de engolfamento: gênero é projetado sobre outro espaço, a “cultura”, nos corpos apenas de outros alterizados (em identidades humanas universais descritíveis e visíveis), reterritorializando a razão universal ocidental. Arriscaria sugerir que, tal como Taddei

¹⁵ Em texto, originalmente publicado em 1984, Rubin (2017) já havia argumentado que pluralismo liberal pode seguir livre para estender o círculo encantado do reconhecimento do que é considerado natural, sem abandonar a fé fundamentalmente substancialista de que certos atos e práticas representam uma boa e natural sexualidade, enquanto outros devem ser expurgados. A questão não é tanto ampliar o que se pode considerar natureza, mas questionar a economia moral que subjaz a distinção e reinscrevê-la sobre outros termos.

(2017, p. 205) afirmou que “as concepções físicas (ou seja, sobre a realidade material) da maioria dos antropólogos são tão pobres quanto as concepções antropológicas dos engenheiros”, nossas concepções de natureza podem ser tão pobres quanto as concepções de gênero da biologia contra os quais viramos nossas acusações. O efeito é adiar outras ontologias que gênero ameaça instituir. Sei que posso soar exagerado, mas quando gênero é disposto como objeto a ser inserido acaba por dar lugar a uma política conciliatória.

A retórica unificadora, destacada por Ferreira (2014) como a marca do ensino de biologia, dá acesso a uma espécie de amálgama integradora que, embora possa abrir margem à coexistência de uma série de características diversas da vida social, intenta manter distância segura da heterogeneidade. Para não cair no pacto que está no marco da retórica unificadora, é razoável continuar a transmitir gênero como uma encrenca. Logo, não se trata de abandoná-lo, mas mostrar é que possível recusar à determinação sem descartar alianças e nos fazer voltar à natureza como quem se volta para um emaranhado de relações, “como se fosse para a terra, para o material primordial - geotrópico, fisiotrópico [...] um lugar comum” (HARAWAY, 1993, p. 297). Gênero nos ajuda a incitar a imaginação teórica e política do ensino de biologia para “articula[r] o não-local dentro do local, a natureza dentro da cultura e o humano dentro do não-humano” (KIRBY, 2014, p. 234). Não há razão nenhuma para deixar de se engajar com tais interrogações. O silenciamento certamente opera através da proibição explícita, porém também funciona por meio da negação do confronto e pela articulação conciliatória. Se, gênero tem se deslocado sobre um “tropo que também têm servido às tropas” (BENTO, 2017, p. 28), quando se fala de integração todo cuidado é pouco.

Expecto Patrono é um dos feitiços da história de Harry Potter. Fui desafiado a ler saga do bruxo escrita por J. K Rowling por um grupo de alunas que insistiram em utilizá-lo no trabalho final da disciplina para abordar gênero e ensino de ecologia e botânica. O feitiço é capaz de criar um guardião composto de energia positiva que, quando conjurado, pode encarnar a forma de um animal prateado, de aspecto singular para cada bruxo que o conjura. É uma magia que protege os bruxos dos Dementadores, figuras assustadoras que se alimentam da esperança, da alegria e do desejo de sobreviver. Não seria exagerado escrever *Expecto Patrono*, inserindo o *r* em uma alusão sem compromissos a Derrida (2012, p. 426) quando escreveu sobre o espectro como “algo entre a vida e a morte, nem vivo nem morto [...] A questão dos espectros é, portanto, a questão da vida, do limite entre o vivo e o morto, em toda a parte onde ele se coloca”. Espectros encontram modos de

sobreviver nem que sejam através e em nós, irrompendo qualquer garantia da economia da presença. Mais do que nunca, seria preciso conjurar a natureza. Não porque nos assuste. Em uma virada, parece que somos nós, os Dementadores ou, ao menos, essa maquinaria conceitual projetada para dragar a interconexão, a transformação e a metamorfose. O que faço a seguir é um trabalho tentativo e localizado de reclamar esses laços entre natureza e cultura, “a plenitude de possibilidades, a cacofonia das conver(s)ações” (KIRBY, 2008, p. 234). Faço esse movimento porque aquelas estudantes me desafiaram a como gênero pode seguir “reconhecendo a preciosidade da terra, a santidade de todo ser humano no planeta, a unidade última e a interdependência de todos os seres”. Essa citação bem poderia ter sido escrita pela bióloga Lynn Margulis (2001) na sua teoria da endossimbiose, mas é da escritora feminista Glória Anzaldúa (1991, p. 571).

Estranha intimidade

Que engraçado que me olha assim
Com cara enjoada de fotografia
Agora que sabe, tem medo de mim
Mas no seu lugar eu também teria
[...]
Adeus céu azul
Mundo em descomunhão
[...]
Não rasga a pele
Fere o coração
Me dê intimidade
Pra deitar e sonhar no teu chão
[...]
Vou avisar aos cachorros da rua
Que pro povo pobre, a vingança pode ser mel e prazer
(Jaloo e Mc Tcha, Céu Azul)

Era para ser mais uma das aulas de ensino de biologia que uma vez por semana dou para uma das minhas turmas. O tema daquela noite: gênero. A caminho do campus, sacolejando no transporte público com qual atravesso uma cidade escaldante, repasso no celular uma lista de videoclipes: *Anaconda* de Nicki Minaj, *Run The World* de Beyoncé, *Roar* de Katy Perry, *Can't to be tamed* de Miley Cyrus e *Ginga* de Iza¹⁶. Após os cumprimentos regulares, conectei o pen-drive no projetor e deixei os vídeos tocarem. Era a primeira aula depois de ter sido interpelado por aquela pergunta insidiosa. Havia acabado de encerrar

¹⁶ Para evitar um número excessivo de notas finais, indico que os videoclipes e outras músicas que citar ao longo dessa sessão podem ser consultados no site do *You Tube*, buscando-se pelos títulos das músicas.

um longo de trabalho de pesquisa sobre escolarização de jovens gays e não tinha conseguido me livrar da imersão nas músicas pop. Estava e continuo interessado em explorar o que as modulações estéticas e políticas da música pop trazem para os estudos de gênero, sexualidade e currículo. Meus estudantes eram ávidos conhecedores da produção musical das cantoras e, apesar do estranhamento inicial, embarcaram rápido no debate. Todavia, ainda que muitos estivessem na linha de frente da pesquisa biológica, os cenários, ecossistemas e paisagens dos clipes não chegavam a ser frequentemente comentados, por mais que suas presenças se tornem uma razão importante pela qual os videoclipes foram abraçados como fabulando sobre a criação de modos mais livres e menos normativos de gênero.

Em *Anaconda*, Nicki Minaj joga, por exemplo, com trocadilhos eróticos de palavras e conclama as vadias do mundo a rebolar as suas bundas na floresta. Por falar em floresta, é após um acidente de avião a obrigar a viver em uma selva fechada que Katy Perry se livra das regras de boa conduta para as mulheres, apenas figura acompanhante dos homens, para encontrar uma espécie de tigre cósmico interior. Transmutada em uma espécie de ave impotente, Miley Cyrus escapa de uma gaiola e canta para um curioso público de um museu de exposições que não pode ser domada. Em um cenário desértico, devastado e pós-apocalíptico, Beyoncé canta sobre o poder das mulheres no comando do mundo. Por fim, é entre pedreiras e praias que Iza convida os corpos à dança gingada da diáspora negra como a forma de continuarem a viver. Essa é uma descrição simplista, reconheço, e bastante interessada dos vídeos, mas pretendo me esquivar de uma análise estrita deles. Quero utilizá-los com outro propósito, o de exercitar imaginativamente como é possível romper os vínculos com o esquema conceitual do engolfamento de gênero. O pano de fundo é que repensar a dicotomia natureza e cultura desde uma perspectiva queer envolve noções cruciais para o ensino de biologia como espécie e reprodução, que não vem gozando do mesmo investimento político e teórico.

Não seria possível dar um passo mais extravagante? E se a relação natureza e cultura envolvesse uma rede de interdependência complexa? E se, ao invés de assumir os dois termos como transcendentais um ao outro, fôssemos lançados em uma malha de “relações específicas de contínua diferenciação do mundo” (BARAD, 2012a, p. 47)? Juntamente com Tavia Nyong’o (2012), realizo que as experiências queers interrogam e complexificam, incentivam e, ao mesmo tempo, exigem cautela com reativar a parte degradada do quiasma natureza e cultura. Ao invés de valorizar o retorno bem aventurado

à “vitalidade primitiva de um terreno nativo” (NYONG’O, 2015, p. 265), o espaço inabitável e desconhecido, somos defrontados com uma tarefa política mais instigante: abrir estranhos mundos impossíveis dentro de nós mesmos. Reativar o que macula a limpidez de um relato histórico consistente e cristalino da separação natureza e cultura, que gênero deveria somente documentar e que, longe de negá-los, brinca com esses termos, é um trabalho que, quem sabe, possa inspirar o ensino de biologia.

Era, aqui, que os videoclipes me soavam particularmente atrativos ao imantar em um emaranhado de relações encarnadas no corpo na e da imagem e nos colocar para ouvir e dançar ao som o barulho das estruturas que habitamos e que nos habitam. Animais, plantas, signos, corpos, mulheres, ecossistemas, paisagens, elementos orgânicos e inorgânicos, traços cósmicos e tecnológicos e coreografias mirabolantes vêm compor um “tráfico na ponte entre o que conta como natureza e como cultura” (HARAWAY, 1997, p. 56). No entroncamento dos proclamas de liberdade de gênero e sexualidade, dançados visual e eroticamente, as paisagens transformadas vêm, de alguma forma, juntas. Dificilmente, se pode ver o deserto de *Run The World* sem os carros incendiados, as hienas e a épica sequência de dança de um grupo de mulheres contra o exército de homens. Ou, a floresta de *Roar* sem o celular para tirar selfies enquanto os vaga-lumes compõe um tigre no céu. Os videoclipes parecem se referir não somente ao corpo das mulheres, mas as conexões como um todo na qual estão inseridas. Natureza nunca pode ser confundida, aqui, com encontrar algo ou um espaço exterior distante, a beatitude da separação eterna. Essa aparente separabilidade se dissolve em um movimento de dobrar-se para ela, conectando-a com o que lhe é apenas supostamente exterior.

Há uma alternativa trançada: um termo já contém o outro dentro de si, como que continuamente grávidos de uma “‘exterioridade dentro’ [que] abre um espaço muito mais vasto, mais propriamente pensado como topologia cambiante” (BARAD, 2003, p. 803) Essa natureza está mais para aquela figura ciborguiana de Haraway (2009). Não pode ser restaurada em sua inteireza ou integridade total e, nem por isso, deixa de atrair para a possibilidade de conexões, para “um perturbador e prazerosamente estreito acoplamento” (HARAWAY, 2009, p. 41), cujo clamor político é por “afinidade em vez de identidade” (HARAWAY, 2009, p. 48). Como o pássaro em extinção e enjaulado, Avis Cyris, de *Can’t be tamed*, essas paisagens monstruosas trazem consigo a marca indelével das tensas, por vezes, pouco amigáveis, ambiguidades entre domesticação e selvageria, atraso e progresso, extinção e reprodução. De pronto, a vida dentro de zonas embaçadas,

“dispondo sombras em regiões ‘claras’ e trazendo focos de luz a regiões ‘sombrias” (BARAD, 2003, p. 803) não pode ser mantida dentro de uma política de pureza e repartição. Recorro a esse ambiente de “sexualidade polimorfa e musicada” (NYONG, O, 2012, p. 747) precisamente a fim perseguir que há uma versão mais dançante e envolvente, uma poética vitalmente queer, imanente àquilo Carla Hustak e Natasha Myers (2012, p. 97) chamaram de ecologia afetiva em sua malha de afinidades, trocas, rupturas, enredamentos e repulsões entre “organismos constantemente inventando novas maneiras de viver com e ao lado um do outro”. O convite de Iza ecoa seu propósito: Entra na roda e ginga! É que para se manter de pé, você vai ter que dançar!

Se plausível for tal conjectura, navegar por esses laços ecológicos envolve o que chamo de uma estranha intimidade em “um mundo selvagem de diversão e prazer” (HARTMANN, 2018, p. 447). Como espero mostrar, é uma intimidade duplamente estranha porque constrói mundos assombradores diante da proximidade com outros ao trazer que os próprios laços contêm um estado constante e latente de vulnerabilidade, em uma função de um emaranhado frágil e negociado, e por extrair um prazer incompreensível desses encontros. Que ambos os termos não sejam externos totalmente um a outro não implica, porquanto, celebrar integração. O emaranhamento está mais para nos lançar, sem aviso prévio, no meio de uma “ecologia política transformacional não controlada de tipo alquímico” (FAUSTO, 2017, p. 64). O lugar comum, sobre o qual Haraway (1993, p. 298) colocou a natureza, capaz de nos ajudar a reimantar a cultura política, “resultado de interações entre atores material-semióticos, humanos e não humanos”, insinua que essa transformação envolve parceiros tão imprevisíveis, que não podemos escolher, quanto indesejáveis, com os quais não gostaríamos de estar e que nos deformam. Estranha intimidade essa que sugere que não há viver com outros sem viver com “estranhos estrangeiros” (MORTON, 2007, p. 277), nos atravessando à revelia de qualquer vontade. Reimaginar a natureza no ensino de biologia poderia partir dessa condição de estranheza compartilhada para refutar as operações que buscam decidir o que gênero deveria fazer. É aceitar que a natureza não pode ser totalmente confinada, é um espaço-tempo (re)configurado constantemente “como um ator e agente” (HARAWAY, 1995, p. 36) e não um cenário sobre e contra o qual nos movemos.

É um viver com a estranheza ecoando dentro de nós, fabricando o mundo, sonhando com outro mundo, além dos constrangimentos, ou mesmo diante do mundo se acabando e nós dançando nessa vida, como a drag-queen Gloria Groove cantou de dentro

de uma prisão, em seu clipe de Coisa Boa. Sonhos que provavelmente, para outros olhos, levariam à rebelião – movimento insinuado ao final do clipe da cantora. Estranha intimidade deve muito ao que Jaloo e Mc Tha cantam na epígrafe desta sessão e especula sobre ser obrigado a viver entrelaçado com outros em cenários nos quais demos adeus ao céu azul, em que a transparência e a sacralização da natureza desabaram em e através de nós. O convite pode ser sedutor, mas, mais uma vez, não oferece uma proximidade acolhedora. Envolve traços de seres indigestos – quem (e para quem) quer que estes sejam – que se alimentam de práticas de significação e povoam vários tipos de matéria. Este envolvimento não remove que são relações “sempre mediadas por poder que deixam impressões, que marcam e preenchem os corpos com consequências” (HAYWARD, 2010, p. 592). De fato, muito do que lemos da reviravolta queer nos estudos de gênero e sexualidade se deu em torno de questionar a heteronormatividade do pânico moral contido no desmoronamento¹⁷ que cantam Jaloo e Mc Tcha. Não creio ser, portanto, coincidência a provocação de Neel Ahuja (2015), de que “talvez, a teoria queer tenha sido sempre uma teoria das extinções” ou de Eva Hayward e Wensein (2015, p. 196) de que o “trauma geopolítico é a paisagem através da qual trans* e animais se encontram”.

Contaminação e impureza vêm conformando um vasto repertório metafórico para circunscrever a transformação que experiências queers trouxeram à cena. São também mais do que isso: essas palavras deslizaram materialmente, desfazendo corpos como unidades orgânicas discretas, sinalizou Puar (2007) e, através de forças friccionais e encontros desconfortantes, amalgamando entidades não-humanas, fluxos tecnológicos e objetos, passaram a modular populações inteiras como matéria a ser gerida por meio, sobretudo, da debilidade e da corrosão progressivamente induzida. Vou encontrando, assim, entre os vídeos-clipes, a experiência de lecionar sobre gênero em uma licenciatura em ciências biológicas e o trabalho de pesquisa entre jovens drag-queens e gays na escola, uma aliança política que “designa o desconhecido que constitui esses mundos múltiplos, divergentes, articulações [...] contra a tentação de uma paz que se pretenderia final, ecumênica” (STENGERS, 2018, p. 447). Em uma das mais belas e raras passagens da literatura sobre a experiência com o HIV, Caio Fernando de Abreu, elegante e delicado, oferece uma percepção sobre essa estranha intimidade como uma justaposição de elementos incomensuráveis para extrapolar o fim do mundo (e seu fim no mundo) e de imaginá-lo de outro modo, com “o de dentro e o de fora unidos em pura fé” (ABREU, 1996,

¹⁷ A introdução traçada por Miskolci (2012) pode ser lida nesse sentido.

p. 103). Ali, a contaminação é transmutada em parte de celebrar a vida. Não uma vida em geral e abstrata, mas em suas palavras:

Mais para você, revelo humilde: o que importa é a Senhora Dona Vida, coberta de ouro e prata e sangue e musgo do Tempo e creme chantilly às vezes e confetes de algum carnaval, descobrindo pouco a pouco seu rosto horrendo e deslumbrante” (ABREU, 1996, p. 103).

Natureza é, de súbito, para usar um vocabulário conhecido nos estudos queers, exposta em uma montagem que, ao invés de ser a morada do estático, é “uma exposição de anacronismos” (DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 6). A montagem, afirma Didi-Huberman (2016, p. 6), “talha coisas habitualmente reunidas e conecta as coisas habitualmente separadas. Ela cria, portanto, um abalo e um movimento”. Através dessa estranha intimidade, vai irrompendo uma montagem cujas fronteiras entre vida e não-vida, orgânico e não-orgânico são retrabalhadas – não simplesmente abolidas – ritmicamente, na batida, arrastando um emaranhado de relações disformes entre viver e morrer numa zona borrada. No chão de nossas casas, modalidades de intercursos entre (e dentro de) seres vivos e não vivos vivendo juntos, como que em choque, deslocam pressuposições sobre a materialidade de nossas entranhas. Como Chen (2015) discutiu, através da interrogação queer das distinções normativas entre diferentes espécies de vida e matéria, o planeta, seus processos geofísicos e biológicos aparecem menos inerte, menos mortos ou inanimados, do que muitas vezes pensamos. Essa ideia ressoa uma exigência de manter uma relação com a alteridade que está além de nós e ainda sim é parte de qualquer nós, “de estar aberto a um mundo que não é completamente conhecido ou previsível” (BUTLER, 2018, p. 163). Certa vez, a própria Butler (2018, p. 146) indicou que as distinções entre “máquina, humano, animal se apoiam todas em um certo encobrimento de relações misturadas e de dependência”. Para que tal florescimento ocorra, não seria desejável tomar mundos aquém ou além do que nos é comensurável a fim de tencionar aquilo que Derrida (1999, p. 58) chamou de “a autobiografia da espécie humana”?

De forma mais explícita, o desafio de romper a imagem substancialista da natureza abarca expandir as políticas de coabitação, nos termos de Butler (2017), para incluir conformações abertas e viscerais de inter-relações que confundem os limites entre e dentro das espécies, entre vivo e não-vivo, entre organismos e ambiente. Gênero no ensino de biologia não é tanto sobre o que será ensinado. O problema dessa perspectiva não é que seja menos materialista, mas, ao contrário, que retire da materialidade a experiência

horrenda e deslumbrante de composição estranha com outros elementos, seres e parceiros, a sua transformação e a sua mutabilidade que nos expõem ao “caráter não escolhido da coabitação inclusiva e plural” (BUTLER, 2017, p. 155). Para tornar um pouco mais palpável minha formulação, apresento, finalmente, duas encrencas de gênero – não são as únicas, por certo – para o ensino de biologia, a saber: a definição tipológica e morfológica de espécie e a temporalidade reprodutiva com a qual se conforma a relação entre espécies e entre espécies e ambiente. Esses são efeitos de levar a sério à natureza, ou a relacionalidade natureza e cultura, como sendo algo mais do que o inimigo a ser combatido.

Comumente tomado como um exercício de classificação humana sobre a natureza, quase sempre, se ignora como a produção categorial da espécie transforma o humano. Longe de uma operação sobre um mundo impassível ou um documento descritor dele, espécies emergem como um “envolvimento ressonante” (HAYWARD, 2012, p. 162), efeitos de relações enoveladas. Onde tudo parece subsunção, Hayward (2015) argumenta que espécies são materializadas através sensações – tais como toque e visão – na imersão em um meio múltiplo e mutável no qual estamos lançados e do qual não podemos escapar. Onde se espera apenas a lógica representacional de matriz aristotélica-linneana, ganha relevo a existência de modos sensíveis e localizados de comunicação não-verbal, encarnados nas ressonâncias e dissonâncias das relações entre espécies, na “libertinagem de movimentos sensuais e até eróticos” (HAYWARD, 2012, p. 175). Espécies não preexistem às relações, “espécies são impressões, limiares de emergência” (HAYWARD, 2015, p. 580). Espécie vem à tona por meio de espraiaamentos tentaculares através dos quais a sensação provocada por encontros entre e com outros organismos e objetos é mutuamente materializada e comunicada. Essa noção impulsiona para como a produção de conhecimento nunca é gerada diretamente por humanos e como só é possível através de relações mútuas de dependência. Chama atenção ainda para uma qualidade misteriosa da interdependência dos encontros entre espécies, que “nos permitem formar articulações políticas contingentes com outros organismos no contexto de um cosmo desconhecido” (KIRSEY, 2015, p. 777), ao invés de requisitar a “cultura” para nos blindar de uma transformação da autonomia humanista.

Nesse sentido, a reiteração da natureza não subscreve, pois, simplesmente a heterossexualidade como regime político. A heterossexualidade é o operador metonímico para todo esse emaranhado ser inscrito na lógica da atividade reprodutiva. Gênero coloca,

por fim, para o ensino de biologia uma questão de relações entre espécies através do tempo e com os tempos. Invoco a noção de temporalidade queer de Jack Halberstam (2005) com um foco e uma escala um tanto diferente. Halberstam (2005) descreve o tempo da família heterossexual como a temporalidade organizada em torno do trabalho árduo da infância para a idade adulta e a morte, marcado por rituais de nascimento, casamento e reprodução, na busca por estabilidade e segurança. Por sua vez, as experiências queers imprimem um deslocamento nas estruturas do que constitui essa trajetória de vida de sucesso. Essas considerações podem ser alargadas em direção ao tempo geológico, através do qual espécies vivas e mortas, elementos vivos e não-vivos estão engajados mutuamente. Sob a contaminação e a impureza, os emaranhados entre espécies, como aquele exposto por Caio Fernando de Abreu, expõem a temporalidade continuísta, progressista e espetacular da reprodução heterossexual como o regime político que busca suturar a exposição constitutiva à estranha alteridade do mundo. Não que a enfrentem deliberadamente; emergem da “condição de estar desgastado pela atividade de reproduzir a vida” (BERLANT, 2007, p. 759), trazendo à cena que o desacomplamento total desses laços não é possível e não é por isso que se abre mão de continuar a viver.

Esse é um clamor por contarmos outra história da vida no planeta, em que práticas e encontros entre espécies são mais excêntricos do que parecem e do que gostaríamos que fossem e erguem-se sob a marca de “uma atividade de manutenção, sem produção; fantasia, sem grandiosidade; sciência, sem intencionalidade plena; inconsistência, sem despedaçamento” (BERLANT, 2007, p. 759). Estranha intimidade propõe uma leitura mais aberrante de natureza, ecoando aquilo não se deixa capturar pela determinação e, por efeito, faz rir da continuidade temporal, o que inclui a compulsoriedade da reprodução heterossexual como necessária à vida. Intui, portanto, que estamos sujeitos ao “o inumano que, logo, somos; [ao] o reconhecimento de que pode muito bem ser o inumano, o insensível, o irracional, o insondável e o incalculável que nos ajudará” (BARAD, 2012b, p. 218). A clausura nunca está assegurada. A natureza não está lá fora à nossa espera. A indeterminação “em sua abertura infinita, é a condição para a possibilidade de todas as estruturas em suas in/estabilidades reconfiguradas dinamicamente” (BARAD, 2012b, p. 218). A essa altura, a pergunta poderia outra: o ensino de biologia poder tirar proveito dessa multiplicidade indeterminada que vive em qualquer cena política? A pergunta pode não ser convincente, dada à imensa popularidade de processos classificatórios e

trajetórias lineares de progresso de espécies individuais como sinônimo daquilo que realiza as ciências biológicas, algo que Joan Rouargharden (2009) caracterizou como egoísmo darwinista. Correr esse risco é, entretanto, produtivo por impedir que uma natureza territorializada se faça presente.

Escrevi este texto enquanto recebia uma notícia de doer o corpo: um ex-namorado se suicidou após receber o exame com a presença do vírus HIV em seu sangue. No enterro, lembramos, entre risos, quem de nós não tinha sido submetido a tardes ao som da cantora Ivete Sangalo. Sem combinação, todos cantamos: *A minha sorte grande/ Foi você cair do céu/ Viver a emoção/ É lindo o teu sorriso/ O brilho dos teus olhos/ Meu anjo querubim/ Poeira/ Levantou Poeira*¹⁸. Seria o cantar um dos “recados de outros anjos que não puderam vir por rebordosa, preguiça ou desnecessidade amorosa de evidenciar amor”, sobre os quais Caio Fernando de Abreu (1996, p. 96) escreveu. Butler (2015) apontou que o luto e a dor conectam vidas a partir da perda e da morte. São afetos que, ao encarnarem corpos, possibilitam agenciamentos políticos. Diante da devastação, mortes também se tornam eventos de afirmação de estar junto. Estranha intimidade inclui, assim, nessa história política de manutenção da vida, o humor, a excentricidade, o prazer e a alegria por sua “tensão de manter juntas coisas incompatíveis [como a vida e a morte, o vivo e não-vivo, o orgânico e o inorgânico] porque todas são necessárias e verdadeiras” (HARAWAY, 2009, p. 35). A vingança do podre pode ser mel e prazer porque a celebração é “um instrumento poético de insurgência e mesmo um desafio à soberania individual” (BUTLER, 2015, p. 93). Esses emaranhados, “tanto de prazer quanto de perigo - o prazer do desejo, da surpresa, da interconexão e da emergência viva, bem como os perigos da dor, da toxicidade, da incapacidade e da morte” (ALAIMO, 2008, p. 259-267), arrastam uma alteridade irreconhecível, estranha, dentro de qualquer nós e ao longo da qual estamos sendo envolvidos. Se o ensino de biologia deseja ecoar gênero precisa subverter a metafísica que sonha com o controle da relacionalidade natureza e cultura no cuidado com o mundo já tão degradado material e imaginativamente.

Considerações Finais

Os fantasmas já haviam cantado: categorias da formação discursiva da biologia como espécie e reprodução nunca foram menos sobre gênero. Porém, qualquer defesa de gênero no ensino de biologia, que é também uma resposta à agenda moral que pesa sobre

¹⁸ Referência à música *Poeira* cantada por Ivete Sangallo.

nós, dependerá cada vez mais de reativar relacionalidade onde se decretou separação. Forçar gênero caber de modo invariável corre, assim, o risco de minar modos de solidariedade política. Se o sucesso da operação for medido por seu cabimento, somos levados a ignorar ou superar violentamente tudo que não é comensurável à divisão natureza e cultura. O incomensurável se torna o impedimento a ser varrido do mapa. Acontecimentos explodem, com efeitos sobre a vida e a morte, nessas fronteiras para simplesmente fecharmos os olhos. Para dizer de outro modo, gênero sofreria um golpe mordaz da razão humanista antropocêntrica da linguagem da pedagogia caso fosse engolfado como um objeto ensinável. Se, como Ferreira e Moreira (2001) vem sugerindo, seria preciso tornar menos óbvios os processos específicos de produção do conhecimento a ser ensinado nas disciplinas escolares de Ciências e Biologia, também seria necessário interrogar a própria linguagem pela qual o ensino de biologia responde a demandas políticas do presente. O efeito dessa interrogação não é absorver ou sacrificar a crítica à imutabilidade e a determinação que gênero nos incitou, mas aprofundá-la e enriquecê-la.

Em uma revisão sobre os debates de evolução, gênero e sexualidade, a bióloga Joan Rouargharden (2004, p. 397-398), disparou que “cientistas sociais têm perspectiva oposta [aos biólogos]; eles pensam que a diversidade resulta da sociedade produzindo diferença entre pessoas que são biologicamente as mesmas. [...] A biologia que eu conheço fala sobre a infinita variação, não sobre raras proposições universais”. Ao questionar as categorizações de gênero e sexualidade tanto das ciências biológicas quanto das ciências sociais, Rouargharden (2004) conta que uma das acusações que sofreu foi a de buscar um lugar para seu trabalho. Talvez, devesse ter assumido, de partida, que me sinto ecoando tradições das ciências biológicas que viram que não há uma natureza unificada. Contudo, estaria padecendo do mesmo mal? Estou buscando um lugar para meu trabalho? Talvez, sim. Talvez, não. Hoje, com anseios e pânicos renovados, abordar gênero no ensino de biologia é menos sobre desnaturalizar o que quer que seja – o juízo final para nos salvar da determinação que nos acossa – do que nos obrigar a um tecer modos de “reorganizar nossas teorias culturo-cêntricas de diferença, corporificação e identidade” (WILSON, 2002, p 284). Eis o motivo para o qual me esquivo de oferecer um programa para gênero no ensino de biologia. Espero poder produzir um encontro “que permita tanto o imprevisível tornar-se de outras criaturas, quanto os limites do conhecimento humano” (ALAIMO, 2008, p. 262), ao misturar distintas tradições teóricas, aparatos midiáticos e artísticos e ciências biológicas em uma linguagem parcial e borrada.

Encerro com trechos de músicas que tenho usado em sala de aula para insistir que gênero não tem decência nem nunca terá, não tem censura nem nunca terá, é o que não faz sentido. É que *imaginar nós dois numa cama redonda*¹⁹ é sobre relações múltiplas entre naturezas e culturas a produzir uma imagem dessa relacionalidade “compost[a] de combinações de outras coisas para [...] se engajar com o mundo” (HARAWAY, 2008, p. 250). O que gênero interroga no ensino de biologia é se, como Elis Regina cantou, *nossa dor será perceber, que apesar de termos, feito tudo o que fizemos, ainda somos os mesmos e vivemos como os nossos pais*²⁰. Ou, já que o novo sempre vem, mandaremos no vício da batida, querendo se envolver e passaremos mal com esse corpo sensual²¹. Esse novo não é o progresso que um dia que virá. É sobre engajar gênero em uma temporalidade disruptiva ao envolvê-lo com a biologia em um estilo diferente, quente, que dá prazer. Claro, não basta simples vontade. É olhando bem no rosto do impossível, nessas atmosferas de intimidade estranha, que se desvenda o que nos une ainda sim: a gente é feito para acabar, mas gênero é feito para não caber. E, isso nunca vai ter fim...²²

Referências

ABREU, Caio Fernando. **Pequenas epifanias**. Porto Alegre: Sulina, 1996.

AHUJA, Neel. Intimate Atmospheres: Queer Theory in a Time of Extinctions. **GLQ**, v. 21, n. 2 – 3, p. 365-385, 2015.

ALAIMO, Stacy. Trans-corporeal feminisms and the ethical space of nature. In: ALAIMO, Stacy; HECKMAN, Susan. **Material Feminisms**. Bloomington: Indiana University Press, 2008. p. 237-264.

_____; HECKMAN, Susan. Introduction: emerging models of materiality in feminist theory. In: ALAIMO, Stacy; HECKMAN, Susan. **Material Feminisms**. Bloomington: Indiana University Press, 2008. p. 1-22.

ALVES, Luísa L.; SILVA-PORTO, Felipe; GOMES, Maria M. Currículo de Biologia: planejamento e ensino do tema 'Diversidade de comportamentos sexuais e sociais ligados ao sexo'. **Revista da Associação Brasileira de Ensino de Biologia**, v. 7, p. 5123-5134, 2014.

¹⁹ Referência à música *Privê* cantada por Mateus Carillo, cujo videoclipe funde um quarto de motel com uma floresta.

²⁰ Referência à canção *Como Nossos Pais*, composta por Belchior e cantada por Elis Regina.

²¹ Referência à música *Corpo Sensual* de Pablo Vittar com participação de Mateus Carillo.

²² Referência à música *Feito para acabar* de Marcelo Jeneci.

ANZALDUA, Gloria. Now Let Us Shift ...Conocimiento...Inner Work, Public Acts. In: ANZALDUA, Gloria; KEATING, Anlouise. (eds). **This bridge we call home**. Nova York: Routledge, 1991. p. 540-579.

AZEREDO, Sandra. Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. **Estudos Feministas**, v. 18, n. 1, p. 175-188, jan-abr. 2010.

BAPTISTE, Brigitte. **Ecologías queer**. Palestra proferida em El Museu Imaginado, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nN99JIM5baU&t=1051s>. Acesso em: jan. 2019.

BARAD, Karen. Nature's queer performativity (the authorized version). **Women, Gender & Research**, v. 1, n. 2, p. 25-53, 2012a.

_____. On Touching – The Inhuman That Therefore. **Differences**, v. 23, n. 3, p. 206–223, 2012b.

_____. Posthumanist Performativity: Toward an Understanding of How Matter Comes to Matter. **Signs**, v. 28, n. 3, p. 801-31, 2003.

BENTO, Berenice. **Estudos transviad@s**. Salvador: EdUFBA, 2017.

BERLANT, Lauren. Slow Death (Sovereignty, Obesity, Lateral Agency). **Critical Inquiry**, v. 33, n. 4, p. 754-780, 2007.

_____; WARNER, Michael. Sex in Public. **Critical Inquiry**, v. 24, n. 2, p. 547-566.

BHANDAR, Brenna. **Colonial Lives of Property**. Durham: Duke University Press, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e políticas das ruas**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2018.

_____. **Caminhos divergentes**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

_____. **Quadros de guerra**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2015.

_____. Performative Agency. **Journal of Cultural Economy**, v. 3, n. 2, p. 147–161, 2010.

_____. **Giving an Account of Oneself**. New York: Fordham University Press, 2005.

_____. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004.

_____. **Problemas de gênero**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Performative Agency. **Journal of Cultural Economy**, v. 3, n. 2, p. 147–161, 2010.

_____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes. (org.). **Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.

_____. **Gender Trouble: feminism and subversion of identity**. 2 ed. New York: Routledge, 1999.

CARDOSO, Lívia R. Conflitos de uma bruta flor: governo e quereres de gênero e sexualidade no currículo do fazer experimental. In: BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. (Org.). **7º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**. Brasília: Presidência da República, 2011, v. 1, p. 35-56.

CHEN, Mel. **Animacies**. Durham: Duke University Press, 2012.

COLEBROOK, Claire. On not becoming man: the materialist politics of unactualized potential. In: ALAIMO, Stacy; HECKMAN, Susan. **Material Feminisms**. Bloomington: Indiana University Press, 2008. p. 52-84.

ESCOBAR, Arturo. **El final del salvaje**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología, 1999.

DAL'IGNA, MARIA C.; KLEIN, Caren; Meyer, Dagmar E. Estermann. Generificação das práticas escolares: uma abordagem feminista pós-estruturalista. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 16, p. 468-487, 2016.

DAVIS, Noela. New Materialism and Feminism's Anti-Biologism: A Response to Sara Ahmed. **European Journal of Women's Studies**, v. 16, n. 1, p. 67-80, 2009.

DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Remontar, remontagem (do tempo). **Cadernos de Leitura**, n. 7, p.1-7, 2016

EDELMAN, Lee. **Transmemberment of Song: Hart Crane's Anatomies of Rhetoric and Desire**. Stanford: Stanford UP, 1987.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, v. 17-18, n. 2, p. 9-79, 2001.

FEDERICI, Sílvia. **O calibã e a bruxa**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Felipe B. M. **A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FERREIRA, Márcia Serra. Currículo e cultura: diálogos com as disciplinas escolares Ciências e Biologia. In: MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera. (Org.). **Currículos, disciplinas escolares e culturas**. Petrópolis: Vozes, 2014.

FERREIRA, Márcia Serra; MOREIRA, Antonio Flávio. A história da disciplina escolar ciências nas dissertações e teses brasileiras no período 1981 a 1995. **Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 3, n. 2, p. 154-166, 2001.

COUTINHO, Juliana Fausto de Souza. **A cosmopolítica dos animais**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

DERRIDA, Jacques. **Pensar em não ver**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GROSZ, Elizabeth. Darwin and feminism: preliminar investigations for a possible alliance. In: ALAIMO, Stacy; HECKMAN, Susan. **Material Feminisms**. Bloomington: Indiana University Press, 2008. p. 23-51.

HALBERSTAM, Jack. **In a queer time and place**. New York: New York UP, 2005.

HARAWAY, Donna. Raça. In: LESSA, Patrícia; GALINDO, Dolores. (orgs). **Relações multiespécies em rede: feminismos, animalismos e veganismos**. Maringá: EDUEM, 2017. p. 47-94.

_____. **Staying with The Trouble**. Durham: Duke University Press, 2016.

_____. Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz. (org). **Antropologia do ciborgue**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p.33-118.

_____. **When species meet**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

_____. A conversation with Donna Haraway. In: SCHNEIDER, J. (ed.) **Donna Haraway: Live Theory**. London: Continuum, 2005. p. 114-157.

_____. **Modest_Witness@Second_Millennium.FemaleMan@_Meets_OncoMouse™: Feminism and Technoscience**. New York: Routledge, 1997.

_____. Saberes localizados. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 7-41, 1995..

_____. The Promises of Monsters: A Regenerative Politics for Inappropriate/d Others In: GROSSBERG, Lawrence; NELSON, Cary; TREICHLER, Paula. (eds). **Cultural Studies**. New York; Routledge, 1993. p. 295-337.

HARTMAN, Saidiya. The Anarchy of Colored Girls Assembled in a Riotous Manne. **The South Atlantic Quarterly**, v. 117, n. 3, p. 465-490, 2018.

HAYWARD, Eva. Fingeryeyes: Impressions of Cup Corals. **Cultural Anthropology**, v. 25, n. 4, p. 577-599, 2010.

_____. Sensational Jellyfish: Aquarium Affects and the Matter of Immersion. **Differences**, v. 23, n. 3, p. 162-195, 2012.

HAYWARD, Eva; WEINSTEIN, Jami. Introduction: Tranimalities in the Age of Trans* Life. **TSQ: Transgender Studies Quarterly**, v. 2, n. 2, p. 195-208, 2015

- HEILBORN, Maria Luiza; RODRIGUES, Carla. Gênero: breve história de um conceito. **Aprender**, n. 20, p. 9021, dez. 2018.
- HIRD, Myra. Naturally Queer. **Feminist Theory**, v. 5, n. 1, p. 85–89, 2004.
- HUSTAK, Carla; MYERS, Natasha. Involutionary Momentum: Affective Ecologies and the Sciences of Plant/Insect Encounters. **Differences**, v. 23, n. 3, p. 74–118, 2012.
- KELLER, Evelyn Fox. The Gender/Science System: Or, Is Sex to Gender as Nature Is to Science?. **Hypatia**, v. 2, n.3, p. 37-49, 1987.
- KIRBY, Vicky. Natural convers(at)ions: or, what if culture was really nature all along?. In: ALAIMO, Stacy; HECKMAN, Susan. (eds). **Material Feminisms**. Bloomington: Indiana University Press, 2008.
- KIRKSEY, Eben. Species: a praxiographic study. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 21, p. 758-780, 2015.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- _____. (Org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte Autência, 2000.
- _____. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- MORTIMER-SANDILANDS, Catriona. A Genealogy of Queer Ecologies. In: ERICKSON, Bruce. (ed). **Queer Ecologies**. Bloomington: Indiana University Press, 2010. p. 1-47.
- MORTON, Timothy. **Ecology Without Nature**. Cambridge: Harvard University Press, 2007.
- _____. Queer Ecology. **PMLA**, n. 125, v. 2, p. 273 –82, 2010.
- LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2004.
- PEREIRA, Zilene Moreira; MONTEIRO, Simone. Gênero e Sexualidade no Ensino de Ciências no Brasil: uma análise da produção científica. **Contexto & Educação**, v. 30, n. 95, p. 117-146, jan-abri 2015.
- PRECIADO, Paul. **O feminismo não é um humanismo**, 2014. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/colunas/filosofiapop/2014/11/24/noticiasfilosofiapo p,3352134/o-feminismo-nao-e-um-humanismo.shtml>. Acesso em: jan. 2019.
- MACEDO, Elizabeth. A teoria de currículo e o futuro-monstro. In: LOPES, Alice Casimiro; SISCAR, Marcos. (orgs). **Pensando a política com Derrida: responsabilidade, tradução, porvir**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 153-178.

MARANDINO, Martha; SELLES, Sandra E.; FERREIRA, Márcia. S. **Ensino de Biologia:** histórias e práticas em diferentes espaços educativos. São Paulo: Cortez, 2009.

MARGULIS, Lynn. **O planeta simbiótico**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

NYONG'O, Tavia. Back to the Garden: Queer Ecology in Samuel Delany's Heavenly Breakfast. **American Literary History**, v. 24, n. 4, 2012. 747-767.

_____. Little Monsters: Race, Sovereignty, and Queer Inhumanism in Beasts of the Southern Wild. **GLQ**, v. 21, n. 2 – 3, p. 249-271, 2015.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, n.8, v.2, p. 9-42, 2000.

PIERUCCI, Antônio. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Editora 34, 2003.

PLUMWOOD, Van Nature, Self, and Gender: Feminism, Environmental Philosophy, and the Critique of Rationalism. **Hypatia**, v. 6, n. 1, p. 3-27, 1991.

PUAR, Jasbir. **Terrorist assemblages**. Durham: Duke University Pres, 2007.

RANNIERY, Thiago No balanço da teoria queer em educação: silêncios, tensões e desafios. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, v. 25, p. 19-49, 2017.

_____. Sobre a bicha do bem: queerizar a ética da pesquisa em educação. **Educação & Realidade**, v. 3, p. 1229-1250, 2016.

ROUGHGARDEN, Joan. **Evolução do gênero e da sexualidade**. Londrina: Planta, 2005.

_____. **The Genial Gene**. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo Ubu Editora, 2017.

SCHIEBINGER, Londa. **Plants and Empire: Colonial Bio-prospecting in the Atlantic World**. Cambridge: Harvard University Press. 2004

SCOTT, Joan. The evidence of experience. **Critical Inquiry**, v. 17, n. 4, p. 773-797, 1991.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SELLES, Sandra E; FERREIRA, Marcia. S. Disciplina escolar Biologia: entre a retórica unificadora e as questões sociais. In: MARANDINO, Martha; SELLES, Sandra ; FERREIRA, Marcia; AMORIM, Antonio. (Orgs.). **Ensino de Biologia:** conhecimentos e valores em disputa. Niterói: EDUFF, 2005. p. 50-62

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SZYMBORSKA, Wislawa. Autotomia. **Inimigo Rumor**, v. 10, p. 106, maio 2001.

STENGERS, Isabelle. A posição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

_____. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosaic & Naify, 2014.

TADDEI, Renzo. **Meteorologistas e profetas da chuva**. São Paulo: Terceiro Nome, 2017.

TAUBMAN, Peter. **Teaching by numbers**. New York, Routledge, 2007.

TSING, Anna. **The Mushroom at The End of The World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins**. Princenton: Princeton University Press, 2016.

TUANA, Nancy. **Fleshing Gender, Sexing the Body: Refiguring the Sex/Gender Distinction**. **Southern Journal of Philosophy**, v. 35, p. 53-71, 1996.

VIANNA, Cláudia; CARVALHO, Marília; SCHILLING, Flávia; MOREIRA, Maria de Fátima. Gênero, sexualidade e educação formal no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica entre 1990 e 2006. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 115, p. 525-545, 2010.

WEEKS, Jeffrey. **Against nature**. Londres: Rivers Oram Press, 1991.

WOLFE, Patrick. **Settler colonialism and the elimination of the native**. **Journal of Genocide Research**, v. 8, n. 4, p. 387-409, 2006.

WILSON, Elizabeth. **Underbelly**. **Differences**, v. 21, n.1, p. 194-208, 2010.

_____. **Psychosomatic: Feminism and the Neurological Body**. Durham: Duke University Press, 2004.

_____. **Biologically Inspired Feminism: Response to Helen Keane and Marsha Rosengarten, "On the Biology of Sexed Subjects"**. **Australian Feminist Studies**, v. 17, n. 39, p. 283-235, 2002.

Revisores de línguas e ABNT/APA: *Thiago Alves Moreira*

Submetido em 24/02/2019

Aprovado em 28/05/2020

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)